

## **CAPÍTULO 4**

### **ESTRUTURA E DINÂMICA SOCIOECONÔMICA**

#### **4.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA ZONA COSTEIRA**

O processo de ocupação na área costeira estuarina pode ser dividido em duas fases: fase antes do “descobrimento” das terras amapaenses e fase a partir do descobrimento.

##### **4.1.1 Fase antes do descobrimento**

A ocupação humana na Amazônia provavelmente deu-se na pré-história, mas as dificuldades em se encontrar material arqueológico que comprove tal possibilidade, além da falta de apoio para essa área de pesquisa no Estado, tem dificultado até nossos dias a comprovação dessa suposição. Ocorrendo comprovação científica a partir de 1.300 a.C., com achados arqueológicos (cerâmica) na ilha de Marajó (cultura Ananatuba). A cultura ali encontrada era exógena à região e não era formada por apenas um povo. Os diversos povos que se sucederam na região e, provavelmente no litoral amapaense, tinham um grau de civilização bastante complexo.

A região da Amazônia onde hoje é o Amapá “foi ocupada desde o início da era cristã, até a chegada dos europeus na região, por agricultores da Floresta Tropical. A procedência e nível de cultura dos povos são diferentes, porém a agricultura itinerante é uma característica comum. Este modo primitivo de cultivar a terra consiste no preparo do solo através da derrubada, queima e coivara da vegetação natural. O desgaste do solo obriga a troca constante dos locais de cultivo. A alimentação provém do cultivo da mandioca, principalmente, e do milho, além da caça e coleta de frutos silvestres. A localização das aldeias e sítios arqueológicos é geralmente nas margens dos rios e salvos enchentes”.

A comprovação mais antiga da presença humana no Amapá é datada de 1.250 d.C. (dados arqueológicos da fase Aruã) e apontam para “grupos de caçadores-coletadores com agricultura incipiente”. Diz respeito a ocupação do litoral por população indígenas.

Esta ocupação encontra-se registrada através de ocorrências e sítios arqueológicos já estudadas no Estado e, algumas registradas recentemente durante o levantamento dos dados para o diagnóstico. As ocorrências são registradas principalmente nos limites da Região Ambiental de Terra Firme com a Planície Costeira indicando a possibilidade da ocupação ter ocorrido em um período de nível de mar diferente do atual.

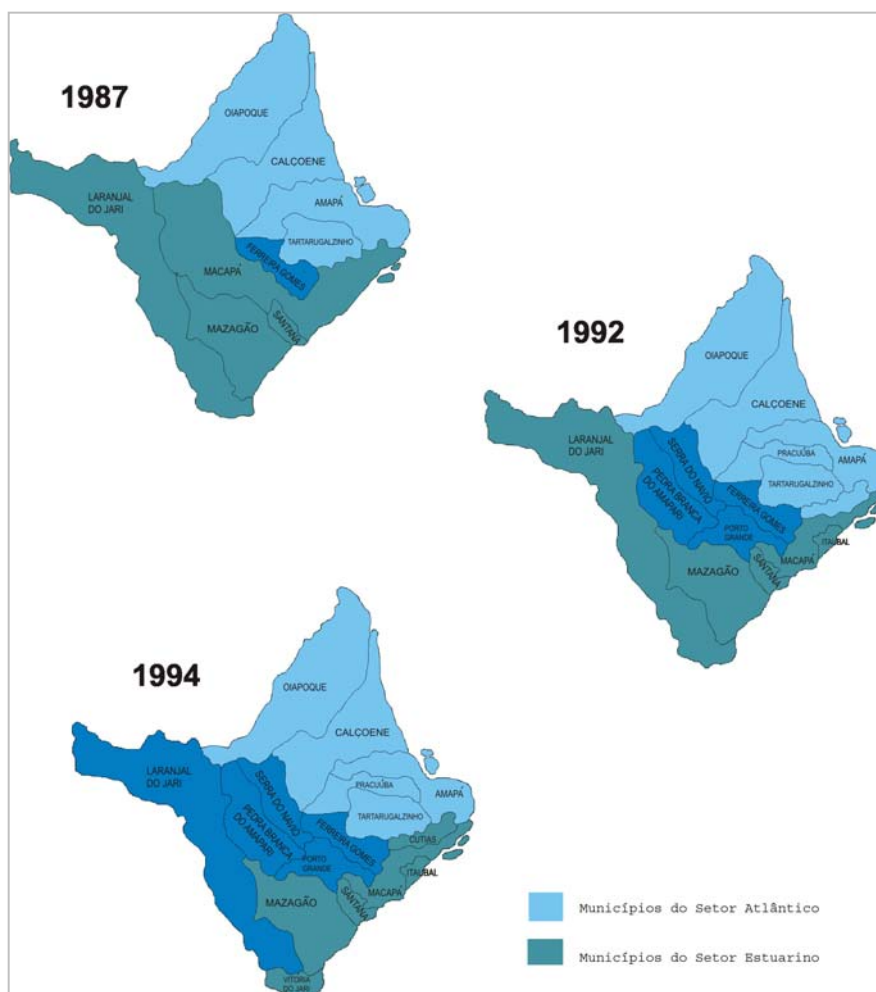
#### **4.1.2 Fase a partir do descobrimento**

O processo de ocupação da área costeira amapaense a partir do “descobrimento” de suas terras pelos europeus está relacionado com a história de ocupação das terras do Estado do Amapá, num passado histórico de disputas territoriais envolvendo holandeses, ingleses e franceses, principalmente depois da descoberta de ouro nas cabeceiras do rio Calçoene. As lutas que se travaram em consequência dessa disputa resultaram em várias tentativas de acordos, mas foi somente no início deste século que as terras do Amapá foram definitivamente anexadas ao Brasil com a assinatura do Laudo Suíço em dezembro de 1900 em Genebra, que criou o Território do Araguari, incorporando-o ao Pará.

Alegando questões de segurança nacional e necessidade de um melhor ordenamento das ações federais em áreas da Amazônia em setembro de 1943, com o assinalamento por Jorge Alfredo Borges, a serviço do DNPM da ocorrência de manganês no Vale do Rio Amapari e coleta em 1941 por Mário Cruz de amostras do minério no lugar que seria no futuro serra do navio; o Governo Federal desmembra o então Território do Araguari das terras do Pará, criando o Território Federal do Amapá. Dá-se então início a um processo de povoamento mais efetivo da região, o

qual irá ocorrer com mais dinamismo na zona costeira. Tais mudanças são tão significativas que em 31 de maio de 1944, a cidade de Macapá passa à categoria de capital do Território, hoje Estado do Amapá em decorrência do avanço populacional.

Da época da sua criação, quando possuía em sua configuração os municípios de Oiapoque, Amapá, Mazagão e Macapá, até o final da década de 80, quando o Território passa a ser Estado; a região do Amapá sofre várias modificações em sua configuração territorial, afetando histórico, geográfica e politicamente o Setor Costeiro Estuarino. Entre os municípios que desempenharam papéis estratégicos na evolução histórico-geográfica do litoral estuarino estão os de Macapá e Mazagão (Figura 4). Neles estão localizadas as comunidades mais antigas (com mais de 50 anos) desse setor costeiro (Tabela 1).



**Figura 4** – Evolução dos municípios no Estado do Amapá.  
**Fonte:** Modificado de ZEE/1996

**Tabela 1** - Comunidades/Localidades mais antigas situadas no Setor Costeiro Estuarino

MUNICÍPIO	Comunidades/Localidades	Tempo aproximado de existência (anos)
MACAPÁ	Curiaú de Fora	200
	Lontra da Pedreira	150-200
	Limão do Curuá	120
	Buritizal	112
	Franquinho	100
	Freguesia Baixa	100
	Abacate da Pedreira	100
	S. Pedro dos Bois	100
	Marinheiro de Fora	100
	Ponta do Curuá	90
	Vila da Foz do Gurijuba	60
	Sta. M. do Macacoari	61
	S. Joaquim da Pedreira	50
	Santo Antônio	50
MAZAGÃO	Central do Maracá	120
	Mazagão Velho	112
	Carvão	63
	Porção do Rio Preto	50
SANTANA	Igarapé do Lago	100
ITAUBAL	Carmo do Macacoari	200
	Itaubal do Pírim	100
	Caiçara ou S. Miguel do Macacoari	60
CUTIAS	Bom Destino	60
VITÓRIA DO JARI	Santa Rita	50

Fonte: Pesquisa de campo GERCO-AP.

#### 4.2 ASPECTOS FUNDIÁRIOS E JURISDICIONAL

A estrutura fundiária do estado está interligada aos desdobramentos históricos do domínio a que foram submetidas as terras dessa região. Esse processo remonta a época em que o Amapá era vinculado ao Pará, e a política fundiária era administrada pelos Conselhos Municipais (Lei nº 82 de 15/09/1982) dentre os quais estavam incluídos o de Macapá, Amapá e Mazagão. Estes tinham autonomia para conceder, vender, aforar e doar as terras de sua jurisdição; sendo sua diretriz voltada para o povoamento dessa região. Durante esse período expediu-se vários títulos de posse, a maioria abrangendo extensas áreas.

Com a criação do Território o Governo Federal passou a administrar as terras do Amapá, contudo, mantendo a mesma diretriz da política

anterior, diferenciando-se na forma de titulação, que passou a ser exercida através da emissão de Licenças de Ocupação. Esta situação só irá ter mudanças significativas em 1973 quando é criado o Projeto Fundiário do Amapá, gerenciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Este passa a desenvolver uma política de regularização fundiária com expedição de títulos de terra, através das discriminatórias administrativas, arrecadações sumárias e desapropriações.

A transformação do Território para Estado não trouxe grandes mudanças para o cenário fundiário no Amapá, porém com a promulgação da Constituição Estadual de 1991, o Estado passa a ter autonomia para traçar e estabelecer suas políticas de acordo com as peculiaridades locais, o que vem possibilitar um novo direcionamento no que tange ao planejamento e execução das políticas fundiárias para o Amapá.

Dentro desse contexto então, surge à necessidade da criação de um órgão local para planejar e gerenciar as questões fundiárias no Estado. Cria-se assim, em 1990 a Coordenadoria Estadual de Terras do Amapá, posteriormente transformada em Instituto de Terras do Amapá -TERRAP.

A forma como se processou esta política fundiária no decorrer do tempo tem influência direta nos entraves hoje enfrentados pelos órgãos responsáveis pelo ordenamento territorial, tanto a nível estadual como a nível municipal para o estabelecimento de políticas públicas que satisfaçam a demanda populacional do Estado. Isto se deve acima de tudo ao fato de que quando o Governo Federal estabeleceu tais políticas fundiárias não levou em conta as implicações sociais e econômicas dessas ações, principalmente no que se refere às comunidades rurais, o que é bem visível naquelas assentadas na área litorânea, principalmente as do Setor Costeiro Estuarino.

Dentro da área urbano-portuária a questão fundiária se faz presente na forma como a população está assentada. Boa parte da mesma encontra-se distribuída sobre áreas alagadas, ou áreas que foram aterradas. As áreas de expansão encontram-se sobre domínio privado.

Na área rural, principalmente a de Macapá, o TERRAP tem procurado demarcar e regularizar os limites de terras das comunidades, concedendo-lhes licença de ocupação, assim como identificar as áreas de domínio privado e seus respectivos usos, visando um melhor gerenciamento da situação fundiária nesta região, na qual o quadro de conflitos de usos é grande e tem dificultado um melhor desenvolvimento social e econômico das comunidades. Na maioria das comunidades do Setor Costeiro Estuarino, os tipos de residências são próprios, não significando que possuem titulação, mas têm o direito de uso e ocupação. Muitos terrenos já estão na família há vários anos e suas habitações são comumente com paredes de madeira e telhado de amianto (Figura 5).

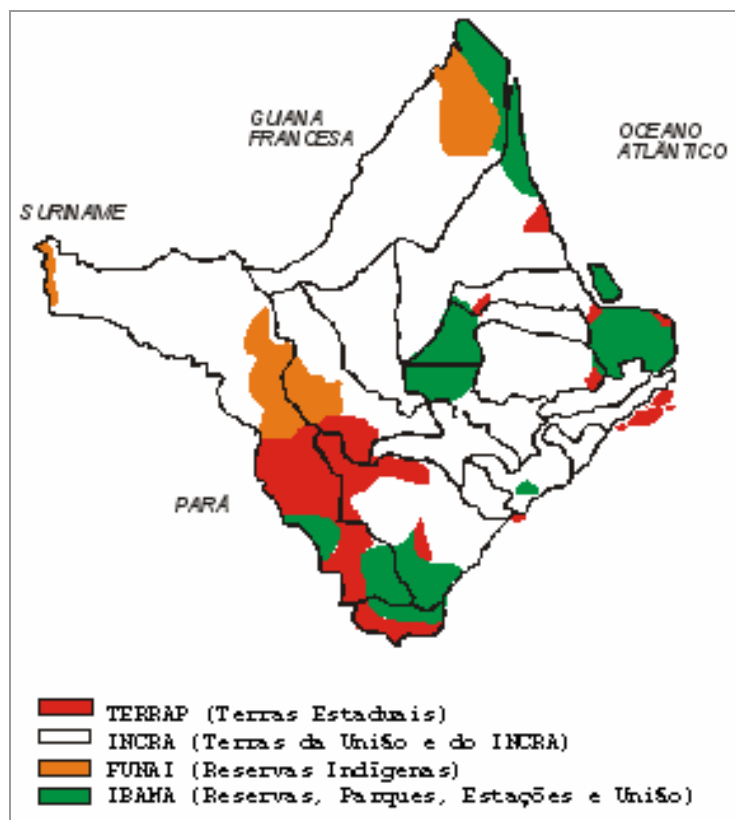


**Figura 5** - Tipos de construções mais comuns do Setor Estuarino.  
Fonte: Acervo GERCO.

O Amapá possui uma superfície de 143.453,7 km<sup>2</sup> (14.345.369 ha), sendo que 88,62% pertencem à União (INCRA com 66,26%, IBAMA com 14,19% e FUNAI com 8,17%)\* e o restante (11,39%) pertence ao Estado (Figura 6).

---

\* Ressalta-se a modificação deste quadro com a recente criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.



**Figura 6** - Mapa de Jurisdição Fundiária do Estado do Amapá.  
 Fonte: ZEE/SEPLAN (Adaptado pelo Terrap).

Até 2001\*, a ocupação territorial do Estado com áreas protegidas representava cerca de 29,9% da área total do Amapá. Deste total metade delas encontravam-se em regiões costeiras. Apesar desse quadro a situação na evita conflitos entre comunidades vizinhas a algumas dessas unidades, principalmente a de uso indireto. No Setor Costeiro Estuarino as áreas unidades de conservação que estão presentes estão representadas por diversas categorias de manejo. A unidade com maior expressão espacial na área é a RESEX do Rio Cajari (Tabela 2).

As glebas estaduais na zona costeira (Tabela 3) ou sob a influência das marés representam 28,25% do total dos 16.322,97 Km<sup>2</sup> sob domínio do Estado e estão apresentada na Tabela 2. A maioria desta glebas estão localizadas no Setor Costeiro Estuarino (Figura 7).

\* Atualmente soma-se ao percentual de áreas protegidas a criação do Parque do Tucumuaque.

**Tabela 2** Unidades de Conservação no Setor Costeiro Estuarino.

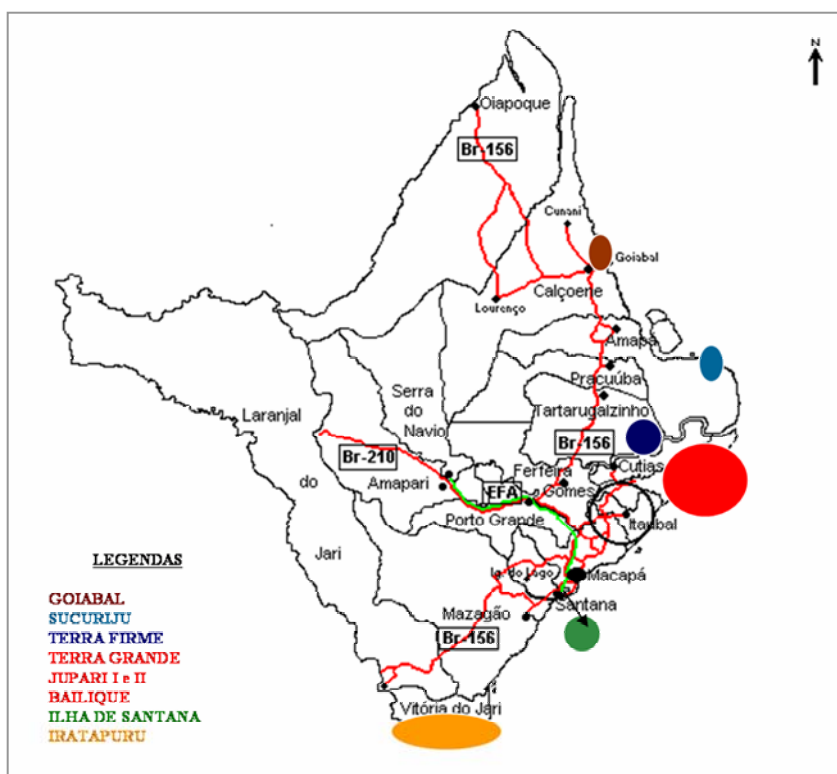
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	ÁREA (Km <sup>2</sup> )	JURISDIÇÃO	Tipo de Uso	Municípios
RESEX do Rio Cajari	4.816	Federal	Direto	Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari
APA do Rio Curiaú	230	Estadual	Indireto	Macapá
REBIO do Parazinho	1.112	Estadual	Indireto	Macapá
REBIO de Fazendinha	1.935	Estadual	Indireto	Macapá
RPPN's	0.638	Federal	Indireto	Macapá

Fonte: ZEE/IEPA, 1995; SEMA, 1999 e IBAMA, 1999.

**Tabela 3** Glebas estaduais na zona costeira ou sob influência de marés.

GLEBAS	ÁREA (Km <sup>2</sup> )
Gleba Iratapuru	1.328.92
Gleba Ilha de Santana	21.14
Gleba Croa da Pedreira	14.3
Gleba Jupari I e II	161.25
Gleba Terra Firme	1.216.87
Gleba Bailique	551.1
Gleba Terra Firme-Araguari	619
Gleba Sucuriju	107
Gleba Goiabal	591.29

Fonte: TERRAP.



**Figura 7** Localização das glebas estaduais na área costeira ou sob a influência de maré.

Fonte: TERRAP.



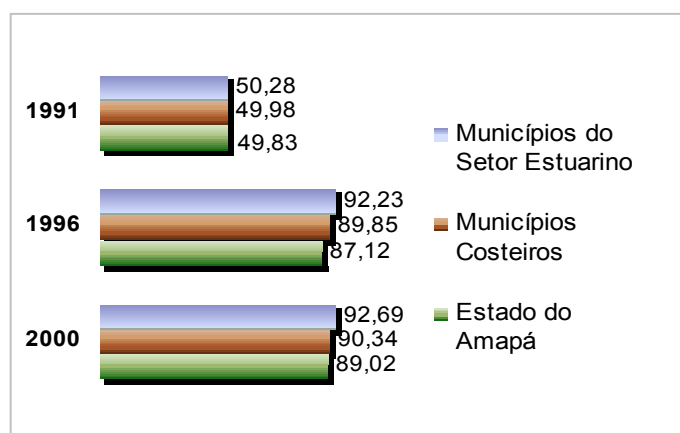
#### 4.3 DINÂMICA POPULACIONAL

O Amapá teve sua população recenseada pela primeira vez em 1950, quando ainda era Território Federal, com um total de 37.477 pessoas. Com a transformação do território em Estado no ano de 1988 pela Constituição Federal do Brasil, e a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1992, teve início um processo migratório mais acentuado elevando esta população para 289.397 pessoas. Tal quadro irá modificar-se com mais nitidez na zona costeira e justa-fluvial amazônica, em cidades de origem e desenvolvimento orientado pelo processo de ocupação característico da Amazônia, a exemplo de Macapá, originária da política de fortificação e Santana decorrente da implantação de grandes projetos como a exploração de manganês.

Este processo de concentração demográfica liga-se também a formação dos municípios no Estado do Amapá, que está vinculada, assim como os demais estados costeiros brasileiros, a formação de pequenos núcleos urbanos na região costeira, a partir do processo de ocupação do litoral, decorrente do difícil acesso para o interior do continente, proporcionado em grande parte pelas condições de relevo, vegetação e demais fatores físicos que dificultavam a penetração ao interior, bem como a implantação de infra-estrutura.

Atualmente o Estado do Amapá conta com uma taxa de urbanização de 89,02% e vários são os fatores que contribuíram para esse alto grau de concentração urbana, que irá refletir-se consideravelmente no Setor Costeiro Estuarino. Este setor apresenta a maior concentração populacional do Estado, em função de ter em seu espaço territorial as duas cidades, Macapá e Santana, que juntas concentram 76,27% da população do Estado. Os municípios que abrigam essas cidades possuem melhores condições de infra-estrutura, saneamento básico, saúde, educação e recebem os maiores investimentos para os setores **primário e secundário**.

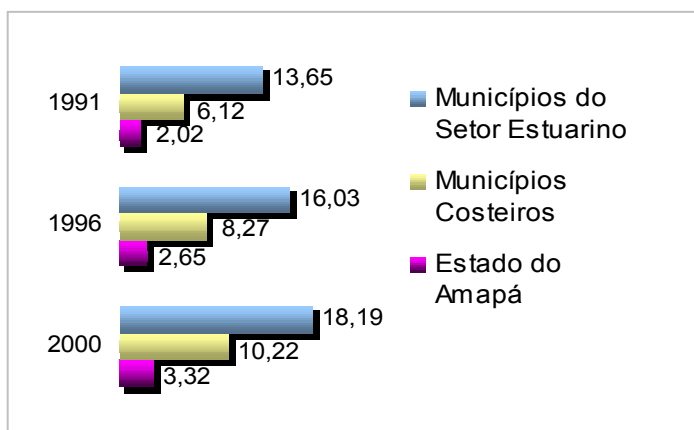
Existe um total de 389.666 habitantes (IBGE, 2000) no Setor Estuarino o qual concentra aproximadamente 93% de sua população na área urbana. Maior do que a taxa de urbanização do estado (Figura 8).



**Figura 8** – Taxa de Urbanização comparadas para a década de 1990 em relação ao Setor Costeiro Estuarino, municípios costeiros amapaenses e o Estado.  
Fonte: IBGE – censo 1991, contagem 1996 e censo 2000.

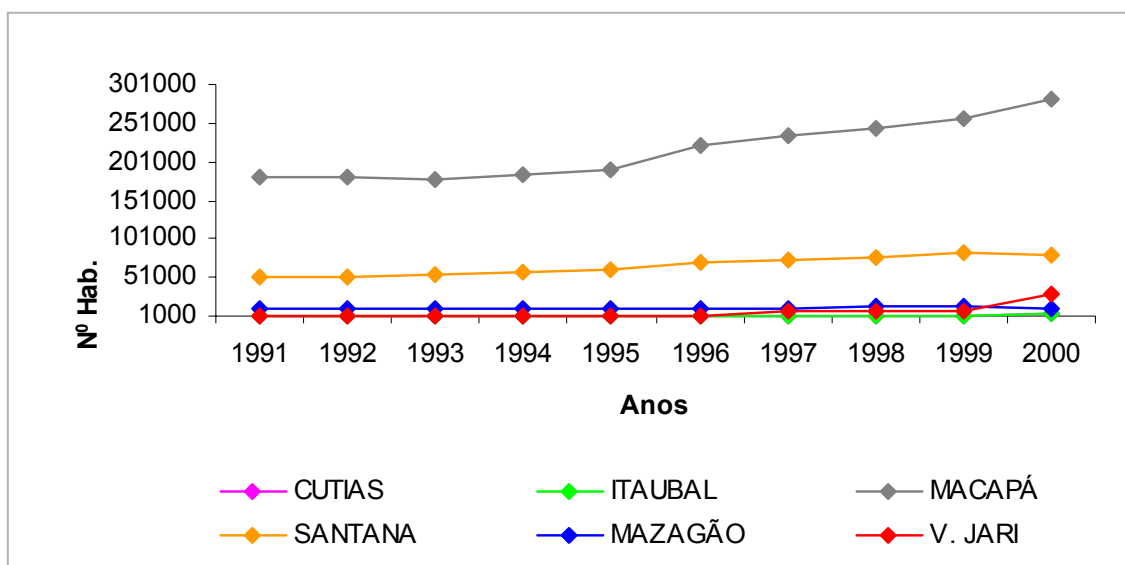
Observando-se o período de 1991-2000 nota-se que esse setor já demonstrava no início da década de 90, taxa de urbanização um pouco superior a do Estado (50,28%). Entretanto, a maior elevação dessa taxa ocorre no período de 1991 a 1996, em função dos fatores de ordem geoeconômica (criação da ALCMS) e também como reflexo da transformação do Território em Estado. Esta taxa de urbanização refletiu-se decisivamente também na densidade demográfica dos municípios costeiros do Setor Estuarino (Figura 9), cuja média supera em 6 vezes a do Estado para o ano de 2000 e sempre foi maior para os municípios costeiros do Setor Estuarino que possuem, com exceção dos municípios de Macapá e Mazagão, menores áreas que os do Setor Atlântico e, como também maior concentração populacional.

No período de 1996-2000 as taxas de urbanização não diferem muito. Isto reflete a estabilização da própria migração de pessoas para o Estado e dentro dos municípios do Setor Estuarino, de pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas.



**Figura 9** – Comparação da densidade demográfica do Estado com as médias dos municípios costeiros e Setor Estuarino.  
 Fonte: IBGE – censo 1991, contagem 1996 e censo 2000<sup>†</sup>.

O aumento dessas taxas de urbanização está intimamente relacionado com o crescimento populacional em todos os municípios costeiros do setor trabalhado do setor trabalhado durante a década de 1990 (Figura 10).



**Figura 10** – Crescimento na década de 1990 para os municípios do Setor Estuarino do Estado do Amapá.  
 Fonte: IBGE – censo 1991, contagem 1996, censo 2000 e estimativas dos anos intercalados.

A taxa média geométrica de crescimento anual (Tabela 4) para o período de 1996 e 2000 apresenta o município de Cutias com taxa superior em 7,38 à do Estado, enquanto que o município de Mazagão

<sup>†</sup> Nos anos de 1991 a 1996 não existem dados para o município de Vitória do Jari. No ano de 1991 não existem dados para os municípios de Cutias, Itaubal e Pracuúba.

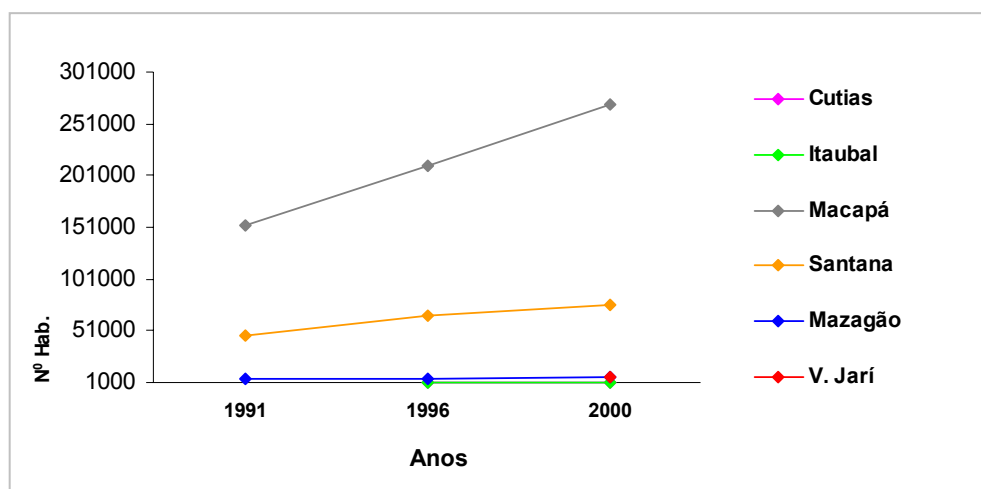
apresenta uma taxa de crescimento aproximadamente 4 vezes menor em relação ao Estado do Amapá.

**Tabela 4** – Taxa média geométrica de crescimento anual para os municípios do Setor Costeiro Estuarino.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE		TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
	Contagem 1996	Censo 2000	
Cutias	1.998	3.281	13,20
Itaubal	1.945	2.894	10,44
Vitória do Jari	6.436	8.55	7,36
Macapá	220.962	282.745	6,36
Santana	69.501	80.169	3,63
Mazagão	11.353	12.027	1,45
<b>Amapá</b>	<b>379.459</b>	<b>475.843</b>	<b>5,82</b>

Fonte: IBGE.

Este crescimento é contínuo ao longo da década de 90 para as áreas urbanas (Figura 11).

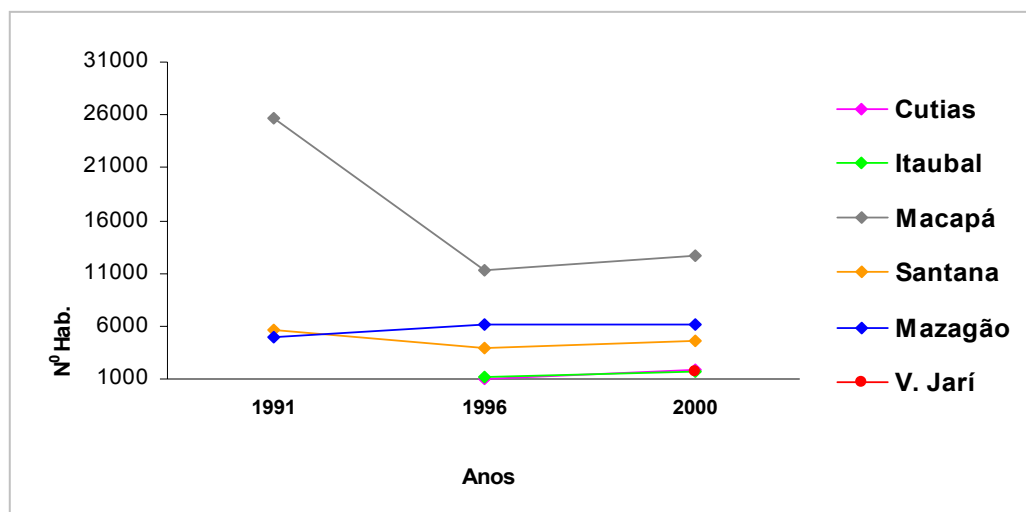


**Figura 11** – Crescimento da população urbana na década de 1990.

Fonte: IBGE – censo 1991, contagem 1996, censo 2000 e estimativas dos anos intercalados.

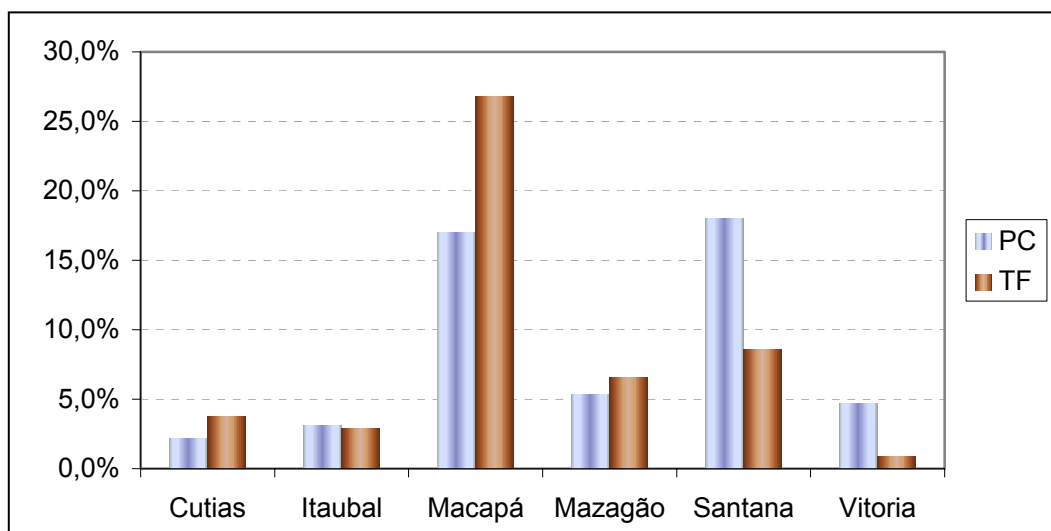
Para a área rural observa-se nesse período que Macapá e Santana apresentam uma considerável redução populacional (Figura 12), enquanto que os outros municípios costeiros apresentaram aumento da população nessa área. Este fato é explicado pela reorganização territorial do Amapá no período de 1992 a 1994, quando são criados quatro novos municípios (Porto Grande, Itaubal, Cutias e Serra do Navio) os quais, pertenciam a

Macapá. Com relação ao município de Santana a redução observada se dá pelas condições de deslocamento para a área urbana do município.



**Figura 12** – Crescimento da população rural na década de 1990.  
Fonte: IBGE – censo 1991, contagem 1996, censo 2000 e estimativas dos anos intercalados.

Embora a distribuição da população rural nas duas regiões ambientais, Terra Firme e Planície Costeira, seja similar, observa-se uma falta de similaridade no percentual de distribuição da população por região ambiental em cada município, considerando os dados do setor como um todo. Excetuando-se os municípios de Santana, Vitória do Jari e Itaubal, o maior percentual da população concentra-se na Região Ambiental de Terra Firme, destacando-se o município de Macapá com mais de 26% (Figura 13). A razão da concentração de pessoas na Planície Costeira de Santana provavelmente seja em decorrência da grande distribuição de áreas de cerrado no município, pouco utilizadas para assentamento das populações na área rural, uma vez que neste município a maioria das comunidades prefere habitar nas áreas de várzea ao redor das ressacas. Em Vitória do Jari a maioria das comunidades reside ao longo dos rios Cajari e Jari e poucas se assentam na Região de Terra Firme, cuja maior parte das terras pertence a uma empresa privada.



**Figura 13** - Distribuição da população por regiões ambientais das áreas rurais dos municípios costeiros no Setor Estuarino  
 Fonte: Pesquisa de Campo. GERCO/AP.

#### 4.4 POTENCIALIDADES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS COMUNIDADES DO SETOR COSTEIRO ESTUARINO

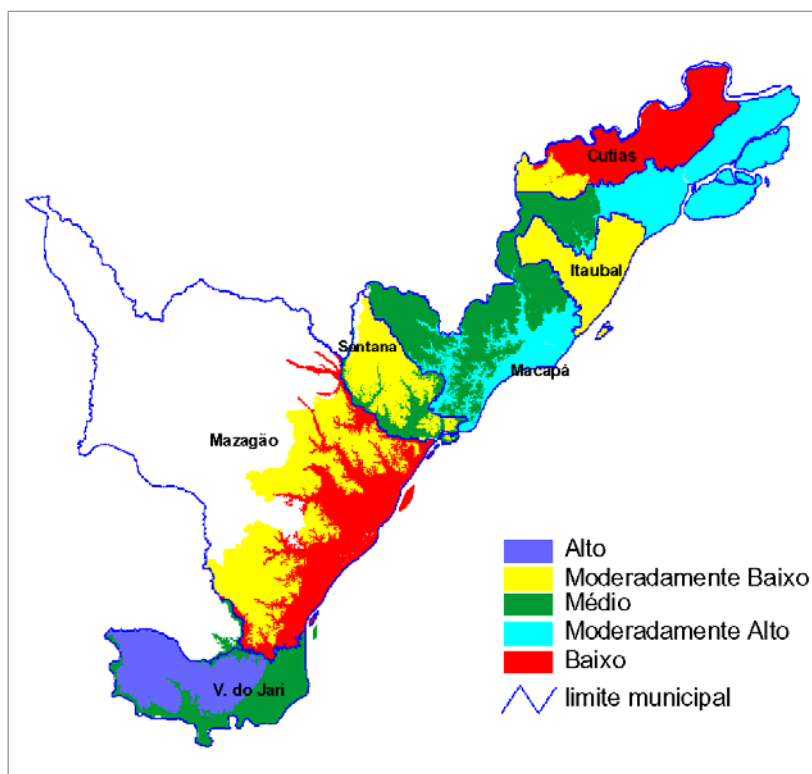
Este item apresenta a espacialização nas unidades sócio-ambientais dos índices de potencialidades, tratados nas temáticas do meio sócio-econômico, reescalados e classificados segundo 5 intervalos de potencialidade. Os intervalos seguiram as concepções adotadas por Becker e Egler, 1996; Crepani et al., 1999 e ZONEAMENTO... 1996.

Os cartogramas são apresentados por temática conforme segue-se:

##### **4.3.1 Potencialidade da Estrutura Organizacional da Sociedade Civil**

O índice de Estrutura Organizacional da Sociedade Civil está baseado na situação das associações nas comunidades. Observa-se que os menores graus de potencialidade concentram-se na Região Ambiental da Planície Costeira dos municípios de Cutias e Mazagão (Figura 14). O primeiro provavelmente em virtude da situação fundiária das comunidades que se alocam dentro de fazendas, embora durante as entrevistas tenha se observado a existência de associações em formação nessa região. Para a região de Mazagão, embora a criação da RESEX do rio Cajari tenha

incentivado a organização das comunidades, a presença de aproximadamente 1/3 delas sem informações sobre as atividades de suas associações indica um baixo potencial da estrutura associativista nessa área. Esse baixo potencial da estrutura organizacional indica a necessidade de investimentos na organização da sociedade civil nesses locais.



**Figura 14** - Distribuição do índice de potencialidade da Estrutura Organizacional da Sociedade Civil por unidades sócio-ambientais nos municípios costeiros no Setor Estuarino.  
Fonte: GERCO/AP.

Itaubal apresenta potencial moderadamente baixo para a estrutura associativista. Uma das explicações para esta situação é o isolamento das comunidades que localizam-se sobre a Região Ambiental da Planície Costeira e o declínio das atividades econômicas relacionadas com a agricultura na Região de Terra Firme.

Vitória do Jari apresenta médio potencial da estrutura associativista explicado pela presença de cerca de 7% de associações ativas na Região Ambiental da Planície Costeira. Na Região de Terra Firme o alto potencial

da estrutura associativista deve-se a presença de associações ativas em todas as comunidades dessa região, embora poucas em número.

#### **4.3.2 Potencialidade da Estrutura de Atendimento da Rede de Saúde**

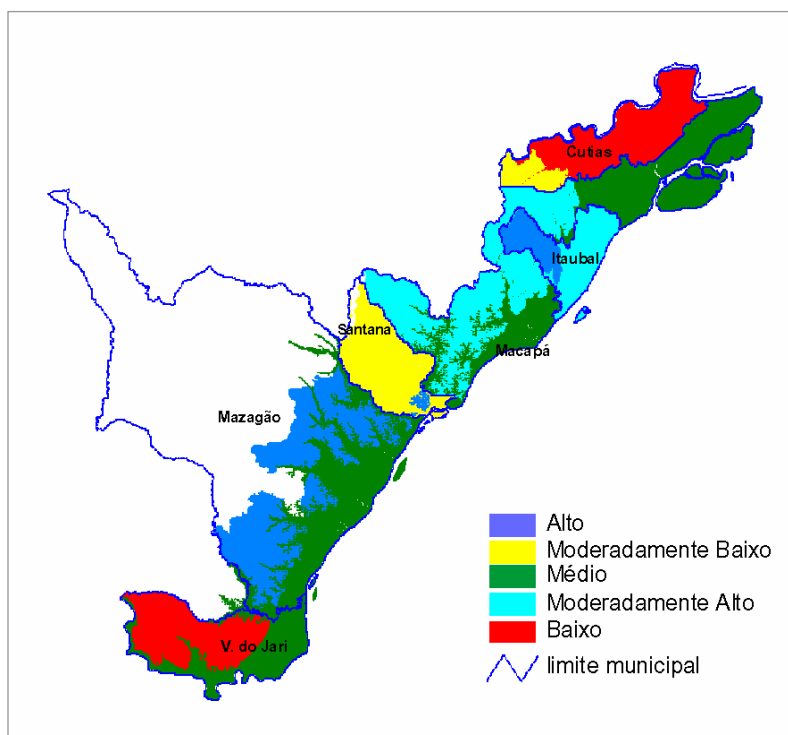
A distribuição espacial do Índice de Potencialidade para o Atendimento da Rede de Saúde Pública (Figura 15) trabalhada a partir dos indicadores de atendimento as comunidades com postos de saúde ativos e atendimento com profissionais de saúde, mostra que a o menor potencial de atendimento para a rede de saúde encontra-se nos extremos da área na Região Ambiental da Planície Costeira do município de Cutias e Região de Terra Firme do município de Vitória do Jari.

Em Cutias o menor índice deve-se a ausência de postos de saúde em pleno funcionamento nas comunidades costeiras, embora existam profissionais de saúde atendendo as comunidades. Um outro a ser levado em consideração é a a indefinição no atendimento pelas prefeituras das comunidades que vivem a margem do rio Araguari, uma vez que tal trecho do rio trabalhado é área limítrofe entre 3 municípios: Cutias, Tartarugalzinho e Amapá. Em Vitória do Jari provavelmente a distância e dificuldade logística para acesso as comunidades, ressaltando-se que na época das entrevistas estava sendo contruído um posto nessa região.

A maior potencialidade apresenta-se no geral na região de Terra Firme refletindo a carência no funcionamento de postos de saúde nas áreas costeiras, embora estas em relação ao setor como um todo, exceto os casos acima citados, apresentem-se com médio potencial de atendimento da rede de saúde.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que as áreas costeiras possuem mais limitações para implantação e manutenção de postos de saúde do que as áreas de terra firme, possuindo também maiores dificuldades de acesso bem como grandes distâncias a serem percorridas em casos de doenças e acidentes.





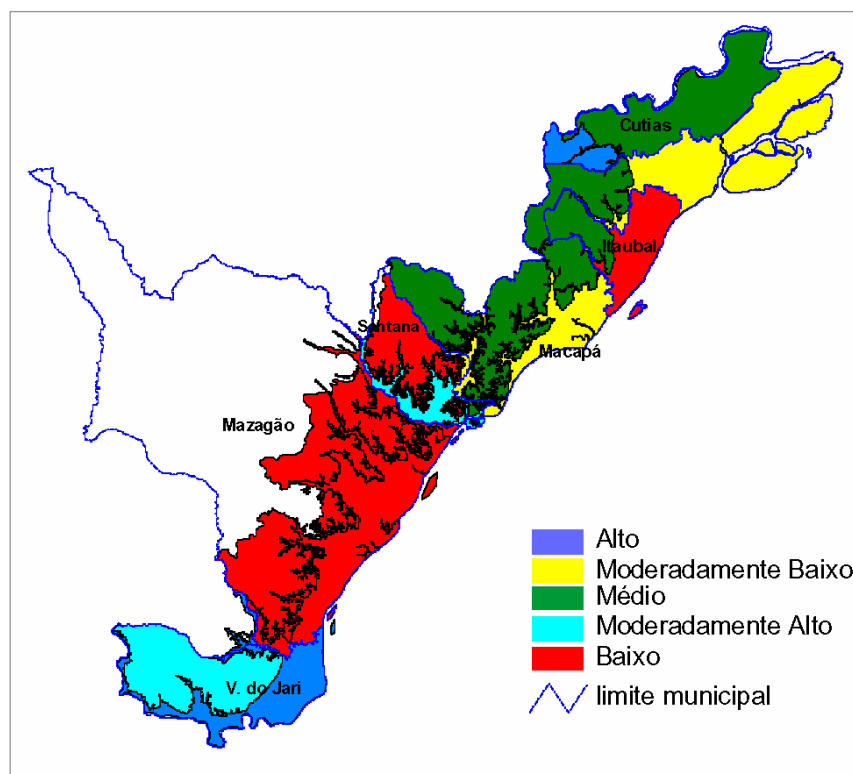
**Figura 15** - Distribuição do índice de potencialidade da Estrutura de Atendimento da Rede de Saúde por unidades sócio-ambientais nos municípios costeiros no Setor Estuarino.\*  
 Fonte: GERCO/AP.

### 4.3.3 Potencialidade da Rede Educacional

O cartograma abaixo representa o grau de potencialidade da rede educacional dos municípios costeiros por unidade sócio-ambiental no que tange ao atendimento por parte dos mantenedores públicos e no atendimento com modalidades de ensino prestados as comunidades.

No município de Vitória do Jari e Região Ambiental de Terra Firme do município de Cutias está o melhor atendimento da rede educacional com potencial moderadamente alto e alto em relação a todo o setor costeiro (Figura 16). Isto justifica-se em razão da oferta de diferentes modalidades de ensino nessas regiões. A região costeira de Itaubal, região de terra firme de Santana e o município de Mazagão são as áreas com menor potencial da rede educacional, onde deveriam ser investidos esforços para o atendimento nas diferentes modalidades de ensino.

\* No município de Santana considerar a região em azul como de cor amarela.

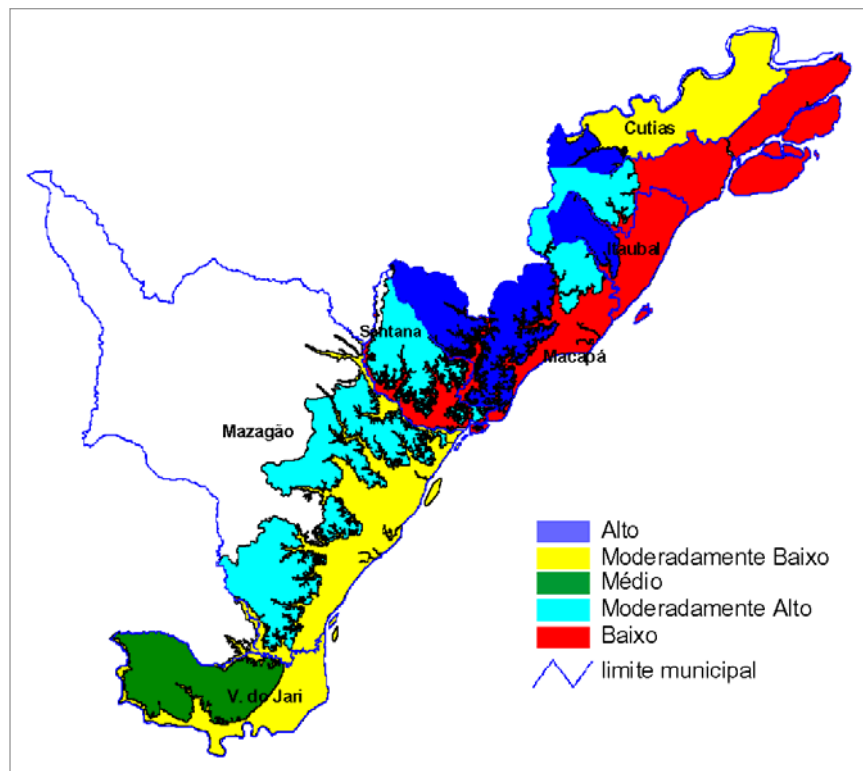


**Figura 16** - Distribuição do índice de potencialidade da Rede Educacional por unidades sócio-ambientais nos municípios costeiros no Setor Estuarino.  
Fonte: GERCO/AP.

#### 4.3.4 Potencialidade da Estrutura de Saneamento Básico

A distribuição desse índice de potencialidade está relacionada com o acesso das comunidades ao abastecimento de água, coleta de lixo ou tratamento de lixo e destino de dejetos.

As áreas com maiores potenciais relacionam-se as unidades de Terra Firme dos municípios (Figura 17), refletindo provavelmente as características dos ambientes onde as comunidades estão assentadas. Em toda a planície costeira o potencial é baixo a moderadamente baixo, remetendo a necessidade de reflexões quanto o saneamento dessas áreas, como também necessidade de medidas de educação ambiental e viabilização de alternativas de saneamento para essas áreas, uma vez que a fonte de abastecimento de água dessas comunidades são diretamente os rios e igarapés.



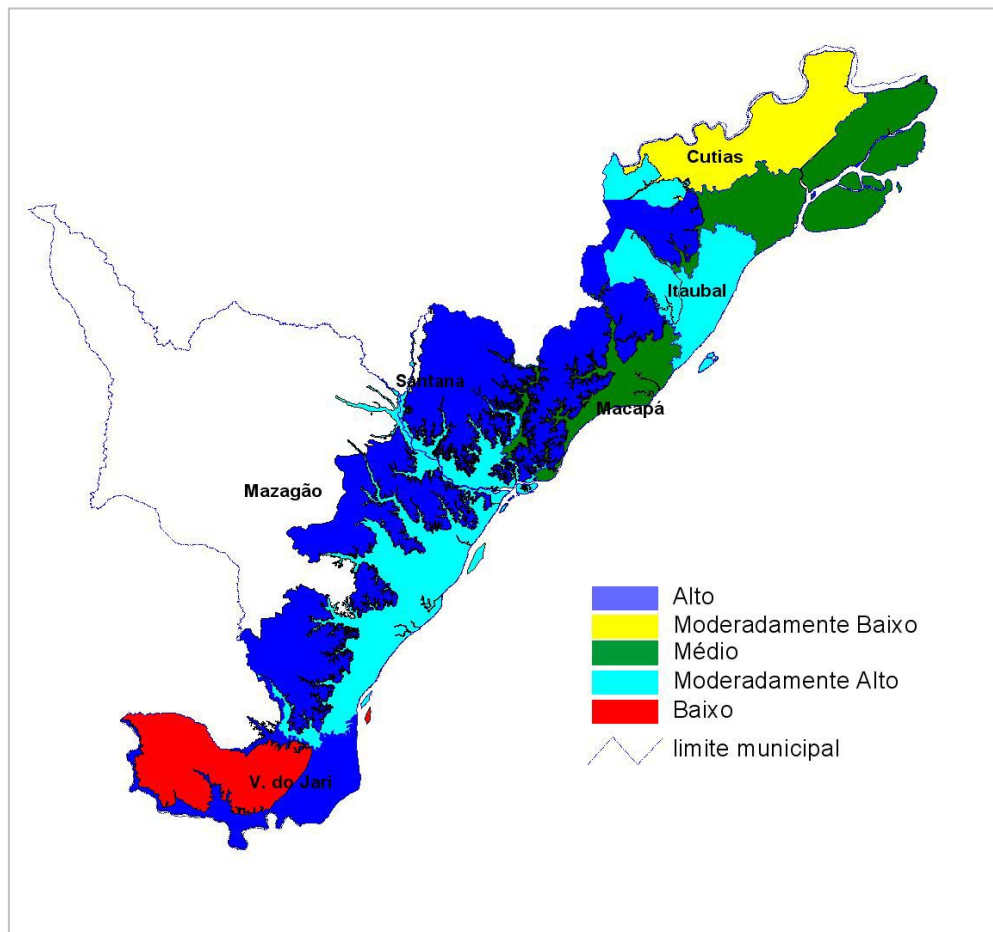
**Figura 17** - Distribuição do índice de potencialidade para o Saneamento Básico por unidades sócio-ambientais nos municípios costeiros no Setor Estuarino.  
Fonte: GERCO/AP.

#### 4.3.5 Potencialidade do Setor Produtivo

O cartograma (Figura 18) reflete a situação das comunidades em relação as atividades desenvolvidas com fins produtos no setor trabalhado, relacionado principalmente ao Valor Estimado de Produção Mensal – VEPM (ver temáticas sócio-econômicas) para os produtos decorrentes da atividade de agricultura e extrativismo vegetal.

O maior potencial da atividade econômica distribui-se na unidade sócio-ambiental de Terra Firme refletindo a atividade de agricultura voltada para a agricultura semipermanente. Na região costeira o destaque é para os produtos do extrativismo vegetal, bem como algumas culturas temporárias plantadas no ambiente de várzea, uma vez que o ambiente de campos inundáveis não são muito utilizados pelas comunidades, sendo freqüentemente usado para a criação de búfalos de

forma extensiva, sem retorno econômico a não a ser a subsistência para a maioria das comunidades costeiras.



**Figura 18** - Distribuição do índice de potencialidade para o Setor Produtivo por unidades sócio-ambientais nos municípios costeiros no Setor Estuarino.  
Fonte: GERCO/AP.